

# Credores aceitam esperar, diz BB

O vice-presidente de operações internacionais do Banco do Brasil, José Luiz Silveira Miranda, disse ontem que os bancos credores revelam "desejo imenso" de retomar a renegociação efetiva da dívida externa brasileira, mas aceitam esperar o Brasil obter acordo consistente com o Fundo Monetário Internacional (FMI). "Ninguém quer que, para reabrir a renegociação plurianual da dívida, o Brasil obtenha acordo prévio com o FMI, baseado em programa inconsistente e, no futuro, venha a registrar efeito mais traumático ainda em suas contas externas" — observou Silveira Miranda.

Para o vice-presidente da área internacional do Unibanco, Marcilio Marques Moreira, o Governo Sarney precisa utilizar o acordo com o FMI para consolidar a sua credibilidade junto aos credores externos, um fator mais importante que a discussão de novos cortes de Cr\$ 10 trilhões, 20 trilhões ou 30 trilhões no déficit público.

Também o vice-presidente do Manufacturers Hanover Trust — quarto maior banco norte-americano credor do Brasil — John Landers, afirmou que a demora na renegociação da dívida não tem significado maior para os credores e a comunidade financeira internacional não

criará problema para a nova prorrogação, a partir do final deste mês, do acordo provisório que permite ao País manter suspensas as amortizações da dívida vencida desde o inicio do ano e continuar a dispor de US\$ 16 bilhões de créditos de curto prazo. "Os bancos credores também sabem que esse governo ainda vive período de acomodação e vai precisar de mais algum tempo para fixar as novas diretrizes para a renegociação da dívida" — observou Landers.

Segundo o vice-presidente do Banco do Brasil, Silveira Miranda, a indefinição da rolagem da dívida "não é boa", mas pior seria um acordo irrealista com o FMI capaz de gerar depois atitudes mais duras dos credores. O vice-presidente do Unibanco, Marques Moreira, lembrou que o ajuste do setor externo da economia brasileira já ampliou a oferta de crédito comercial e, "dentro de dois ou três anos, com maior credibilidade no exterior, o Brasil pode mesmo retomar o fluxo de empréstimos externos voluntários".

Marques Moreira disse ainda que o governo brasileiro não deve perder a oportunidade de colocar "uma renegociação mais construtiva da dívida externa". Mas o vice-presidente do Manufactu-

urers Hanover, John Landers, ressaltou que os bancos credores também contam com grande poder de barganha para não aceitar imposições.

"O setor bancário norte-americano está mais fortalecido do que nunca: tem hoje o mais alto nível de capitalização de sua história e, via de regra, com ótimo desempenho, apesar de um nível recorde de créditos em liquidação. Inegavelmente, existem bancos problemáticos nos Estados Unidos. O índice de insolvências entre os bancos pequenos atingiu seu ponto mais alto desde os anos 30. Mas o setor bancário com um todo goza de boa saúde e está crescendo" — observou John Landers.

Apesar da atual indefinição, os dirigentes do Unibanco e do Manufacturers Hanover defenderam a renegociação da dívida a vencer até 1991. "A renegociação plurianual foi uma reivindicação dos países devedores, capitaneada pelo México. A renegociação por um ou dois anos impõe redata curta demais" — disse Marques Moreira. Para John Landers, a renegociação da dívida brasileira tem que ser plurianual para regular o perfil, diante da concentração de vencimentos de 1986 a 1989 — quase US\$ 13 bilhões ao ano.

14 AGO 1985